

## Experiências de Assessoria junto a Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro

Experiencias de consultoría con pueblos y comunidades tradicionales del Cerrado brasileño

Professional Experiences in Technical Advice to Traditional Communities in the Brazilian Cerrado Biome

Gabriel Costa Ribeiro<sup>1</sup>

### Resumo

Este relato se preocupa em articular a experiência de execução do Mecanismo de Apoio a Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado (Projeto DGM Brasil) por parte do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), organização gerida por agricultores familiares e povos tradicionais da região Norte do estado de Minas Gerais, a contextos econômico-políticos mais abrangentes, com destaque para a dinâmica recente de gestão e execução de doações fiduciárias por parte de *ONGs* socioambientalistas no Brasil. Cuida-se, também, em demonstrar a inserção do caso estudado na reprodução da modernização ecológica em distintos contextos locais, paradigma ancorado na crença na eficiência como meio de atingir a sustentabilidade. Por intermédio de estudo empírico realizado enquanto funcionário contratado da instituição, propõe-se uma análise que buscará aliar experiência profissional, análise documental e mobilização de literatura acadêmica correlacionada aos temas do desenvolvimento sustentável, da geopolítica, da economia política, dos estudos decoloniais, dos direitos étnicos e das relações de poder. Diante deste formato, faz-se compreensível identificar como se dá a internalização, por parte das organizações locais, de todo um abecedário de léxicos e procedimentos administrativos exógenos propostos pelas entidades financiadoras às rotinas de execução dos recursos.

**Palavras-Chave:** Povos e Comunidades Tradicionais; Bioma Cerrado; Filantropia; Desenvolvimento Sustentável; Modernização Ecológica.

### Resúmen

Este relato se preocupa en articular la experiencia de ejecución del Mecanismo de Apoyo a los Pueblos Indígenas, Quilombolas y Comunidades Tradicionales del Cerrado (Proyecto DGM Brasil) por parte del Centro de Agricultura Alternativa del Norte de Minas (CAA), organización gestionada por agricultores familiares y pueblos tradicionales de la región Norte del estado de Minas Gerais, a contextos económico-políticos más amplios, con énfasis en la dinámica reciente de gestión y ejecución de donaciones fiduciarias por parte de ONG socioambientalistas en Brasil. También se ocupa de demostrar la inserción del caso estudiado en la reproducción de la modernización ecológica en distintos contextos locales, paradigma anclado en la creencia en la eficiencia como medio para alcanzar la sostenibilidad. Por medio de un estudio empírico realizado mientras empleado contratado de la institución, se propone un análisis que buscará combinar experiencia profesional, análisis documental y movilización de literatura académica relacionada con los temas del desarrollo sostenible, de la geopolítica, de la economía política, de los estudios decoloniales, de los derechos étnicos y de las relaciones de poder. Ante este formato, resulta comprensible identificar cómo se produce la internalización, por parte de las organizaciones locales, de todo un abecedario

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Socioambientais (UFMG), Mestre em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT-UFMG/Unimontes), Doutorando em Desenvolvimento Social (PPGDS – Unimontes/Bolsista CAPES). ORCID iD: 0009-0006-1952-9141. E-mail: gabrielcostaribeiro@gmail.com.

de léxicos y procedimientos administrativos exógenos propuestos por las entidades financiadoras en las rutinas de ejecución de los recursos.

**Palabras clave:** Pueblos y comunidades tradicionales; Bioma del Cerrado; Filantropía; Desarrollo sostenible; Modernización ecológica.

### Abstract

This report aims to link the experience of implementing the Support Mechanism for Indigenous Peoples, Quilombolas, and Traditional Communities of the Cerrado (DGM Brazil Project) by the Center for Alternative Agriculture of Northern Minas (CAA), an organization run by family farmers and traditional peoples from the northern region of the state of Minas Gerais, to broader economic and political contexts, highlighting the recent dynamics of management and execution of fiduciary donations by socio-environmental NGOs in Brazil. It also seeks to demonstrate the insertion of the studied case in the reproduction of ecological modernization in different local contexts, a paradigm anchored in the belief in efficiency as a means to achieve sustainability. Through an empirical study conducted while employed by the institution, the analysis proposes to integrate professional experience, document analysis, and the mobilization of academic literature related to the topics sustainable development, geopolitics, political economy, decolonial studies, ethnic rights, and power relations. Given this context, it becomes understandable to identify how the internalization occurs, on the part of local organizations, of an entire alphabet of lexicons and administrative procedures imposed by funding entities on the routines of resource implementation.

**Keywords:** Traditional Peoples and Communities; Cerrado Biome; Philanthropy; Sustainable Development; Ecological Modernization.

### Introdução

Vivemos num tempo em que o modo de produção capitalista avança sobre os corpos, territórios e institucionalidades por meio da concepção do meio ambiente como recurso, do dinheiro como motor das sociedades e do *meio técnico-científico-informacional* – citando Santos (1997), como sistema ideológico dominante.

Nesse cenário, um conjunto de atores e agências globais busca, pelo capital, as soluções para suas contradições profundas. Institucionalizam-se os termos, conceitos, noções e léxicos que, num passado recente, colocaram tais forças hegemônicas em xeque, e para tanto, os incorporam com o intuito de tornar mais palatável o desenvolvimento (ESTEVA, 2000). Ao combinar eficiência econômica com prudência ecológica, comumente acionam discursos que evocam uma perspectiva específica do que se convencionou compreender como sustentabilidade, com o objetivo de acessar discussões do nosso tempo, como diversidade sociocultural, direitos étnicos e agrobiodiversidade.

No contexto brasileiro, a confluência entre agendas de interesse transnacional e de pautas socioambientalistas da sociedade civil ganhou relevância em ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92)<sup>2</sup>, momento no qual a ideia de meio ambiente como recurso, revestido pelo discurso do desenvolvimento sustentável, favoreceu a participação de *players* internacionais e potências mercadológicas na dinâmica econômica nacional (Viola e Leis, 1995). Alguns dos conceitos utilizados nas discussões acerca da sustentabilidade originaram-se ou foram revistos na Rio-92, como por exemplo a responsabilidade comum sobre o planeta, o reconhecimento das questões ambientais e a necessidade de envolvimento em contextos locais (Silveira, 2021).

A Rio-92 veio marcar a constituição de uma aliança. De um lado, o interesse de organismos multilaterais, fundações religiosas de cooperação internacional, dentre outros, interessados na capitalização política da pauta da agroecologia e da agenda de direitos coletivos. Por outro, organizações do terceiro setor, organizadas no formato de associações privadas, assessoradas por corpo técnico competente para operacionalizar as doações fiduciárias recebidas, passam a praticar incidência política diante de novos contornos, transferindo a lógica do capitalismo de resultados para as lutas sociais e resistências locais. Afinal, esse fenômeno observado ao longo de todo o território brasileiro nas últimas décadas é fruto da incorporação do paradigma da modernização ecológica nas rotinas das *ONGs*, ou um sofisticado mecanismo para se manterem ativas perante suas bases históricas?

Com o intuito de melhor problematizar a questão que se pretende abordar no presente artigo, destaca-se a reflexão realizada por Zhouri (2021), quando propôs discutir as normativas do licenciamento ambiental no Brasil na segunda década dos anos 2000:

---

<sup>2</sup> A Cnumad, ou Rio-92, contou com a participação de mais de 150 nações, e resultou em documentos como a “Carta da Terra”, a “Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento”, a “Agenda 21”, e a “Declaração de Princípios sobre Florestas” (Ribeiro, 2010, p.76.).

Façamos uma breve digressão no tempo para compreender este caminho. A emergência de dois regimes políticos globais, aparentemente distintos, mas complementares, marcaram a década de 1990. A realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, em 1992, sob os auspícios da ONU, simboliza um ‘regime ambiental’, enquanto a rodada do GATT em 1993, cria a Organização Mundial do Comércio (OMC) e sela o Consenso de Washington. As agendas se convergem na medida em que o ‘regime da OMC’ passa a encapsular a ‘agenda ambiental’ já bastante gerida àquela altura pelo Banco Mundial e suas condicionalidades para empréstimos aos países ‘em desenvolvimento’. A racionalidade ambiental do capital colocou a gestão ambiental como cerne do desenvolvimento sustentável (Zhour, 2021).

Segundo a perspectiva crítica da Ecologia Política, a modernização ecológica se ancora na crença pela eficiência como meio de se atingir a sustentabilidade (Blowers, 1987). De fato, investimentos em melhoria tecnológica foram feitos sem, contudo, abalar o estímulo à produção associada ao aumento do consumo. Outra faceta da modernização ecológica é o desenvolvimento de técnicas de gestão visando à criação política de consensos, como por exemplo, as comissões mistas deliberativas de participação, por onde sociedade civil organizada, atores globais e agências estatais se reúnem para discussão de pautas comuns e estratégicas.

No que se refere à pauta da agrobiodiversidade e do direito de povos e comunidades tradicionais, articulações e costuras políticas realizadas pós Conferência Rio-92 instituíram a Comissão Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), bem como resultaram na criação da Rede Cerrado. Atualmente, a Rede Cerrado é composta por cerca de 50 entidades da sociedade civil, congregando direta e indiretamente aproximadamente 300 organizações que se identificam com a causa socioambiental do bioma (Rede Cerrado, *s/d*). Desde então, as fontes garantidoras do funcionamento dessas instituições vem sendo alicerçadas por meio de contratos de doação firmados junto a agências de cooperação internacional, além do recebimento de pagamentos por contratos de prestações de serviços realizados junto a órgãos públicos estaduais, nacionais, *ONGs*, dentre outros.

Dentre as institucionalidades que integram a Rede Cerrado, destaca-se a atuação do Cen-

tro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), sediado no município de Montes Claros, estado de Minas Gerais, estruturado desde 1989 como organização civil sem fins lucrativos envolvendo lideranças, sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias, que conta com o apoio de assessoria especializada, equipe composta por profissionais agrônomos, cientistas sociais, administradores e engenheiros florestais (Caa, 2018). Constitui-se como ponto focal de assessoria, estudos e pesquisas em agroecologia, direitos de povos e comunidades tradicionais e desenvolvimento sustentável, contando com uma extensa rede de financiadores.<sup>3</sup>

No início de 2012, inaugura-se, em nível global, a iniciativa intitulada Dedicated Grant Mechanism (DGM) com o objetivo de apoiar iniciativas comunitárias sustentáveis junto a associações comunitárias e organizações que trabalham com povos indígenas e comunidades locais (Iplc – homólogo em nível internacional de ‘povos e comunidades tradicionais’) em países da África, Ásia, América do Sul e América Central (DGM, 2022a, p.10). Hospedado no âmbito do Programa de Investimento Florestal (Forest Investment Program – FIP), constitui-se como um dos programas que compuseram o Fundo Estratégico do Clima (Climate Investment Fund – CIF), tendo o Banco Mundial como entidade financiadora e objetivo de aplicar o Mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd+) ao redor do mundo, bem como ampliar a conservação, o manejo sustentável e os estoques de carbono florestal em nível local, nacional e global (Dgm, 2022b, p.4).

Como desdobramento da iniciativa, no Brasil, entre março de 2015 e janeiro de 2022, foi financiada a primeira fase do Mecanismo de Apoio a Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado (Projeto DGM Brasil), contando com aporte financeiro de US\$ 6.500.000,00 para investimento em 64 subprojetos comunitários em 10 estados diferentes (Dgm,

---

<sup>3</sup> Ao longo de 35 anos de atuação, o CAA-NM tem contado com apoio de várias agências, como por exemplo, Banco Mundial, PPM, Misereor, Heks-Epper, Action Aid, KNH, IAF, GEF, Cepf, FAO, Pnud, Bndes, Fnma, MDA, Incra, FBB, Instituto Lojas Renner, dentre outros.

2022a, p.10). A agência executora nacional foi o CAA, que juntamente com um Comitê Gestor Nacional (CGN), foi responsável pela gestão dos recursos destinados.<sup>4</sup>

Entre 2019-2022 atuei profissionalmente no CAA. Ao longo de três anos, minha trajetória profissional foi pautada por articulações continuadas, possibilitadas pela troca de informações, assessorias, rotinas institucionais, procedimentos burocráticos, prazos a cumprir e horas de trabalho despendidas com vistas a atender demandas de uma extensa rede de contatos e stakeholders. Durante essa travessia, percebi que a proposta do Projeto DGM Brasil ‘destoava’ – nos dizeres dos próprios associados da instituição, do ‘projeto’ inicial do CAA, construído por intermédio de muita solidariedade entre nativos e caboclos, mobilização social, vitórias e derrotas, intercâmbios, partilhas de experiência, mutirões, ‘empates’, ‘empreitas’, alianças, retomadas e judicializações ao longo do Norte de Minas. Mas afinal, o que este projeto trouxe de diferente à instituição e seus associados?

Motivado pelas questões apresentadas, o presente relato de experiência apresenta um exemplo empírico de como o processo de gestão e execução de doações fiduciárias por parte de ONGs socioambientalistas têm reproduzido o paradigma da modernização ecológica, tendo como estudo de caso a análise da execução do Projeto DGM Brasil pelo CAA. Para tanto, lanço mão da minha experiência enquanto colaborador da entidade para revisitar criticamente as consequências e repercussões da iniciativa, relacionando-a a dinâmicas globais observadas a partir da segunda metade do século XX. Propõe-se estabelecer uma aproximação teórico-metodológica entre experiência profissional enquanto cientista social inscrito no mercado de trabalho, análise documental e literatura acadêmica correlacionada.

---

<sup>4</sup> O CGN é a instância de controle social de caráter deliberativo do Projeto DGM Brasil, composta por 06 representantes indígenas, 02 quilombolas, 04 de comunidades tradicionais e 03 do Governo Federal (Dgm, 2022b, p.4).

## Procedimentos metodológicos

Para o presente artigo, os procedimentos metodológicos utilizados constituíram-se em pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e na observação direta, sistematizadas a seguir:

Pesquisa bibliográfica: a pesquisa bibliográfica foi organizada no formato de uma revisão narrativa, pautada no estudo de obras acadêmicas do campo das Ciências Sociais e da Ecologia Política, com o intuito de estabelecer um marco teórico que dialogue com o objetivo e o problema apresentado. Em outro prisma, debruçou-se no levantamento dos seguintes subtemas: desenvolvimento sustentável; geopolítica; economia política; estudos decoloniais; direitos étnicos e sociologia das relações de poder.

A ‘revisão narrativa’ não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos. (Usp, *s/d*)

Pesquisa documental: visou compreender a subjetividade de cada documento identificado, e associando fatos históricos com contextos, nos moldes propostos por Vianna (2014), que trata os documentos como peças etnográficas, com o intuito de evidenciá-los como retratos da realidade social pesquisada e inseri-los na narrativa que permeará todo o artigo. Incluiu catalogação, leitura e análise de documentos técnicos relacionados à execução do Projeto DGM Brasil e da configuração estatutária do CAA.

Defendo, assim, que levar a sério os documentos como peças etnográficas implica torná-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte - como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores - quanto por aquilo que conscientemente sedimentam. (Vianna, 2014, p.47)

Observação direta: as Ciências Sociais “têm sido desafiada a analisar processos globalizadores e realizar etnografias multi-situadas” (Zhou, 2018, p.18), de tal forma que “as etnografias do Estado - assim como de corporações - podem também iluminar as práticas voltadas para o controle dos territórios e a gestão dos conflitos e do dissenso” (p.18). Diante desta problemática, Bronz (2011) justifica as razões pelas quais a referida metodologia contribui para uma melhor elucidação de determinados fenômenos sociais:

A dificuldade de acesso ao desenvolvimento de pesquisas com “poderosos” costuma ser atribuída a motivos, tais como, o fato de não se permitirem serem estudados, ou de serem muito ocupados, o perigo em se revelar certas informações etc. (...) esse seria um falso obstáculo, na medida em que, mesmo que esses “mundos sociais” imponham dificuldades em acessá-los, resolver esse problema é algo constitutivo de qualquer etnografia ou campo de estudo. (Bronz, 2011, p.63)

A autora realizou seu trabalho apoiada na sua antiga profissão de consultora, estabelecendo observações a partir de um lugar privilegiado em nível de acesso a informações. Inspirado por este procedimento metodológico, o presente artigo se valeu da minha experiência profissional, bem como das interações realizadas com os demais atores envolvidos na execução do Projeto DGM Brasil, sobretudo o Banco Mundial, com o intuito de propor formatos de pesquisa diferenciados para as Ciências Sociais.

### **Desenvolvimento Sustentável ou a Sustentabilidade dos Negócios? Aspectos teóricos**

O trabalho reflexivo ao qual a presente seção se dedicará parte do engajamento crítico interdisciplinar entre geógrafos, antropólogos, adeptos da sociologia crítica, economistas e outros profissionais das humanidades.

Desde a década de 1960, as questões ambientais tornaram-se centro das atenções dos grandes debates internacionais que envolveram as principais economias do mundo. A produção do Clube de Roma, iniciada em 1968, culminou em seu relatório final apontado como um marco histórico

na discussão das preocupações com os impactos da industrialização sobre o ambiente. Naquele mesmo ano, a ONU convocou a primeira conferência sobre o meio ambiente e o homem, que se realizou em 1972, em Estocolmo. Nessa ocasião, foram discutidos os problemas decorrentes da ação humana sobre a natureza, especialmente a degradação ambiental e suas consequências.

Até então, desenvolvimento e meio ambiente eram vistos como ideias opostas. Contudo, as discussões relacionadas aos alcances e limites da industrialização sobre os recursos naturais motivaram uma “fuga para frente” do modo capitalista de produção, por meio de arranjos conceituais que visaram transformar a ecologia em economia. Surge então a propositura de um capitalismo ecológico, cujo objetivo seria a incorporação dos constrangimentos ecológicos na lógica do capital (Dupuy, 1980).

A sociedade comunicacional, ou capitalismo ecológico, resulta de uma dupla “necessidade”: a de, para os países desenvolvidos, reorientar o seu crescimento para produções menos destruidoras e a de, para o capitalismo internacional, se “ressocializar” na escala mundial. (*Ibid*, 1980, p. 21)

Nessa perspectiva, o ‘esverdeamento do capitalismo’ é uma visão capitalista de como o léxico ambiental e/ou ecológico passou a ser incorporado à sua lógica, por intermédio de reformas estruturais orientadas pela perspectiva da modernização ecológica.

Por detrás de palavras como ecologia e meio ambiente ou ainda nas expressões ‘questões ecológicas’ e ‘questões ambientais’ encontra-se, nada menos, do que a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos, e até mesmo, de certos países. (Chesnais e Serfati, 2003, p.1)

Paralelamente, este movimento foi acompanhado por mudanças tecnológicas e organizacionais que orientaram os grandes polos de expansão econômica rumo a mudanças nas formas de geração do capital, reconfigurando a estrutura gerencial das corporações. A era do capitalismo financeiro – ou capitalismo de resultados, além de estimular a disseminação de uma visão liberal

de desenvolvimento, multiplicou as possibilidades de participação acionária por distintos investidores. Na prática, fundos de investimento e agências multilaterais consolidaram seu espaço de hegemonia no seio de uma agenda macroeconômica de cunho neoliberal, se tornando “ao mesmo tempo, causa e consequência do processo de concentração e centralização do capital, com origem nos países capitalistas avançados”. (GONÇALVES, 1994, p.47)

Muitas foram as facetas utilizadas pelas grandes potências econômicas para a objetivação dos seus lugares de hegemonia nas relações políticas locais e globais. No contexto das mudanças geopolíticas presenciadas ao longo do século XX, permanece na América do Sul a reprodução de um esquema que faz prevalecer formas específicas de desenvolvimentismo, em um período cuja economia mundial já permanecia tutelada por poderosos grupos econômicos e forças imperialistas (Mignolo, 2008). A naturalização do liberalismo é “um acordo com o qual as características da sociedade moderna, pautada nos pilares da economia capitalista, se tornam a tendência natural do desenvolvimento histórico da sociedade” (Lander, 2008), e por esta via são estabelecidas relações parasitárias com os governos e governantes locais, conduzindo-os à adesão do modelo.

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação (...) A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável. (Esteve, 2000, p.64)

Assim sendo, a promessa desenvolvimentista estabeleceu meios para que o modo de produção capitalista se expandisse na América do Sul. Para a concretização destes objetivos, tornou-se necessário o usufruto, por parte do capital transnacional, de modos específicos de governamentalidade, tendo em vista o papel dos governos como gestores de desigualdades. Na prática, as corporações “capturam, desestabilizam ou mantêm os Estados nacionais” (Souza, 1985, p.8), usufruindo dos seus poderes subversivos frente à sociedade civil. Foi desta forma, apoiando-se no

potencial coercitivo do Estado e das agências estatais - os executores legais das decisões administrativas, que as corporações transnacionais lograram alcançar suas aspirações: a maximização do lucro em detrimento do capital investido em setores específicos. A grande consequência deste processo é o aprofundamento de uma “natureza anticolonial, antipopular e antidemocrática” por parte dos poderes estatais (*Ibid*, 1985, p.9.).

Ao se mundializar o capital, eleva-se também a produtividade e a intensidade das relações de trabalho. Favorecido pela globalização e pela extinção das fronteiras nacionais, o poder hegemônico configura uma nova estratégia ideológica com pretensões de cristalizar, cada vez mais, ordens econômicas internacionais específicas e multissetoriais. Neste sentido, estimula-se o avanço dos mercados a partir da ampliação da variedade de ativos financeiros, e ao mesmo tempo esgota-se de forma intransigente o trabalhador e a terra. (Chesnais e Serfati, 2003)

Portanto, a expropriação do trabalho pelo capital é, juntamente com a desigualdade distributiva entre as potências ditas ‘mais débeis e mais fortes’, as principais contradições nas quais o modo de produção capitalista se apoia para manter todo o sistema. “Esta contradição é insolúvel: resolvê-la é decretar o fim do próprio sistema” (Souza, 1985, p.12), ou seja, cabe aos mecanismos do capital transnacional ponderar acerca da parcela de contribuição dos países ao modal econômico internacional, incluindo nessa equação as necessidades nacionais específicas.

Obviamente, os países da América do Sul se tornaram alvos estratégicos de conquista e controle por parte destes interesses. Muitas vezes subsidiados por potências estrangeiras, sucessivos Estados de exceção são formados, cerceando a “divisão tradicional dos poderes do Estado (executivo, legislativo e judiciário)” (*Ibid*, 1985, p.14).

Em síntese, o processo de transnacionalização da economia e da política submeteu os Estados nacionais na América Latina a crises profundas em relação ao conteúdo de suas funções e à sua forma de dominação. (*Ibid*, 1985, p.15)

A transnacionalização dos países da América do Sul tinha como pressuposto proporcionar a tão aclamada modernidade tardia por intermédio de uma bula desenvolvimentista, conduzindo-os a outros patamares econômicos. Todavia, as contradições deste modelo revelaram, com o passar das décadas, um caráter repressor e nocivo “aos sonhos de desenvolvimento nacional, de afirmação e de soberania nacional” (*Ibid*, 1985, p.16.) contribuindo, pelo contrário, para o acirramento das relações de subordinação às potências hegemônicas. Fluxos financeiros foram estabelecidos, carregando “a marca cada vez mais nítida de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário”. (Chesnais, 2016, p.2)

Em mais uma fuga para a frente, os princípios do capitalismo ecológico acabaram redirecionados para a formulação de um novo paradigma na década de 1980, cujo principal interesse seria tornar mais palatável a bula do crescimento econômico, agora adjetivado pelas dimensões ambientais e sociais. Surge então a noção de desenvolvimento sustentável, por onde “os ‘limites para o crescimento’ não mais são vistos como uma barreira intransponível bloqueando a enxurrada do crescimento, mas como obstáculos discretos forçando o fluxo da torrente a tomar um rumo diferente”. (Sachs, 2000, p. 120)

Um marco importante para essa agenda ocorreu no ano de 1987, quando foi publicado o Relatório Brundtland, que outorgou ao conceito de desenvolvimento sustentável um caráter polissêmico dotado de três dimensões distintas: estatista, comunitária, e de mercado (Viola e Leis, 1992). Houve um grande caminho até que o referido relatório pudesse concretizar a união entre o desejo de desenvolvimento e a preocupação com o meio ambiente. No entanto, o fez recomendando mais crescimento. De fato, um reduzido setor de gerentes do empresariado passou a compatibilizar os lucros com os interesses e pautas sociais de longo prazo, transformando desenvolvimento sustentável em sustentabilidade dos negócios, uma janela para oportunidades transcorporativas e agências globais.

Em se tratando da América do Sul, registrou-se um superposicionamento do mercado global como regulador de políticas setoriais, sobretudo a partir da institucionalização do neoliberalismo, ratificada com a criação da OMC em 1995. Percebe-se que o discurso a favor do desenvolvimento sustentável inscreveu sociedade e desenvolvimento numa concepção evolucionista e totalizadora de crescimento econômico. Para legitimar essa prática, surgem parcerias entre instituições estatais, ONG's, e agências internacionais de cooperação, como veremos na próxima seção.

### **O receituário da Modernização Ecológica aplicado no financiamento de iniciativas comunitárias sustentáveis de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado**

O conjunto de traços históricos, econômicos, políticos e culturais existentes na América do Sul, na África e no Sul Asiático traz consigo um conjunto de relações ambivalentes de modernidade e colonialidade, por meio dos quais perdura até os tempos atuais a violência do esquema colonial/imperial moderno (Lander, 2005). Em meados da segunda metade da década de 1990, período no qual ganha força o paradigma da modernização ecológica, grandes instituições financeiras como o Banco Mundial se 'esverdeiam', criam setores para discussão acerca do desenvolvimento sustentável, e juntamente com seus economistas, técnicos e 'experts', prescrevem condições e procedimentos para acesso a recursos financeiros por parte dos países subdesenvolvidos para execução de projetos ligados à pauta socioambiental e de mudanças climáticas.

Os procedimentos de controle e supervisão das iniciativas acompanham o processo neoliberal de desverticalização das ordens societárias dos conglomerados econômicos, por intermédio da criação de "subsidiárias com uma ou mais sedes, constituídas em diversos países, de acordo com a legislação local que lhes dá personalidade jurídica e, sob certo aspecto, a nacionalidade" (Baptista, 1987, p.17). Desde então, o Banco Mundial inaugurou departamento específico para aplicação de recursos em desenvolvimento sustentável, intitulado como Meio Ambiente, Recursos

Naturais e Prática Global da Economia Azul, com sede principal em Washington-DC, mas que também mantém escritórios em países estratégicos da América Central e do Sul. Essa estrutura, além de permitir uma gestão descentralizada, fortalece ações de governança local, importante aspecto presente nas concepções de sustentabilidade.

Foi diante de parcerias e termos de cooperação que, em meados de 2010, os membros do escritório regional do Banco Mundial de Brasília-DF se aproximam da alta cúpula de servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Comitê Interministerial do FIP. O objetivo era propor um projeto de investimento capaz de contribuir para a redução dos impactos das mudanças climáticas, por meio de iniciativas que gerassem melhorias nos meios de subsistência, usos da terra e manejo florestal dos territórios de povos e comunidades tradicionais do cerrado brasileiro. Para a consecução deste objetivo, a articulação política com movimentos sociais tornou-se indispensável.

Em consonância com a regulamentação dos conselhos mistos deliberativos, o princípio da participação, inserido num contexto mais amplo de reivindicação de interesses difusos e coletivos na década de 1980, agrega novas possibilidades interventivas à sociedade civil organizada na propositura de políticas públicas. Em termos de direitos étnicos, estes direitos existem desde 1992, fruto das articulações e costuras políticas realizadas pós-Rio-92, marco importante na institucionalização desta pauta, ocasião em que é instituída a Comissão Nacional de Populações Tradicionais (Cnpt), à época integrada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (Thum, 2017, p.163). Treze anos depois, em 2005, a CNPT migra para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e é rebatizada como Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Cnpct), momento em que ocorre a ampliação de cadeiras da sociedade civil, cada uma representando segmento identitário específico.

Foram nas articulações políticas realizadas pela Rede Cerrado na Cnpct que o nome do

CAA ganha força para se tornar a agência executora do Projeto DGM Brasil. Enquanto organização de assessoria pautada pela atuação harmônica entre o ‘saber caboclo’ e o ‘fazer técnico’, o CAA possui como enfoque o estímulo ao protagonismo social através de atividades de planejamento institucional participativo. Organizado sob um formato de associação de agricultores, que em sua grande maioria são provenientes de povos e comunidades tradicionais, possui atualmente cerca de 70 associados (Caa, 2018, p.2). Nas assembleias gerais, os sócios se reúnem para tecer estratégias de atuação e eixos prioritários da instituição. Em síntese, trata-se da instância máxima, onde todos possuem direito à palavra e ao voto. Por se tratar de uma institucionalidade nativa com os pés bem firmados na base, em 2015 foi selecionada pelo Banco Mundial.

O aporte financeiro de US\$ 6.500.000,00 trouxe projeção internacional à *ONG* do Norte de Minas, visto que se candidataram organizações do porte da própria World Wildlife Fund (Wwf) e do Instituto Sociedade, População e Natureza (Ispn) para execução da doação fiduciária. Para além de uma necessária reestruturação administrativa e de corpo técnico devido ao aumento da demanda de trabalho, trouxe também a necessidade de trânsito e compreensão acerca dos léxicos específicos da modernização ecológica. Assim, o processo de conciliação entre os interesses econômicos e ecológicos em tempos de governança ambiental buscou atribuir valor monetário à preservação e à conservação, aliando a sustentabilidade dos negócios com benefícios sociais.

O paradigma da modernização ecológica não questiona o modo de produção capitalista ou a modernidade. Como apontam Zhouri e Lasckefski (2010), esse paradigma busca fazer adequações, mas com o objetivo de somente perpetuar o modelo. Muitas vezes, porém, a adequação ocorre por parte da sociedade, dos modos de vida tradicionais e da gestão dos recursos naturais em detrimento das grandes corporações do capital transnacional, e não o contrário. O setor privado desenvolve tecnologias ditas ambientais, buscando diálogo com os grupos ecologistas e movimentos sociais.

Neste sentido, o Projeto DGM Brasil tinha como principal meta fortalecer o engajamento dos povos e comunidades tradicionais do cerrado nas discussões acerca do Redd+ e programas similares orientados para as mudanças climáticas em nível local, nacional e global (Dgm, 2022a, p.10). O Redd+ é um instrumento econômico desenvolvido na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (Unfccc)<sup>5</sup>, que provê incentivos financeiros a países em desenvolvimento por seus resultados verificados no combate ao desmatamento e à degradação florestal, bem como na promoção do aumento da cobertura florestal. (Salles, Salinas e Paulino, 2017, p.446).

Eis aqui um grande desafio para a consecução da meta apresentada. Durante toda a execução do projeto, seus beneficiários apresentaram dificuldades para compreender a lógica e os benefícios do Redd+, sobretudo acerca das possibilidades de financiamento, considerando que se trata de procedimentos que necessitam da articulação contínua de agências/agentes estatais específicos. Na esfera do Poder Executivo Federal, a partir do ano de 2016 houve uma drástica inversão na posição dos agentes no cenário político nacional, na qual a Administração Pública, influenciada por outro viés ideológico, passou a combater a agenda ambientalista, resultando assim na ausência total de financiamento público via Redd+ na execução do Projeto DGM Brasil.

Outro ponto que merece discussão diz respeito às modalidades de Iniciativas Comunitárias Sustentáveis - ou ‘subprojetos’, habilitadas para recebimento das doações financeiras. Os critérios de seleção foram elencados pelo CGN, e envolveram outras propostas para além das discussões atinentes ao Redd+, como, por exemplo, produção agroecológica; pequenas agroindústrias; beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade; fortalecimento da produção artesanal; turismo de base comunitária; e fortalecimento institucional das organizações representativas (Dgm, 2022a, p.7.). Somente os subprojetos que envolveram reposição do cerrado com espécies

---

<sup>5</sup> Reunidos na Rio-92, 179 países afirmaram que as responsabilidades pela mudança do clima são comuns. Foram ratificados convenções, quais sejam: a CDB; a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; e a Unfccc. (Silveira, 2021)

nativas, recuperação de nascentes e áreas degradadas; e vigilância e gestão territorial e ambiental apresentavam sinergias para a solicitação formal de créditos de carbono, mesmo isso não acontecendo no transcorrer da execução da doação fiduciária.

A seleção dos subprojetos foi realizada em dois momentos distintos:

O primeiro momento, chamado de pré-seleção, consistiu no lançamento de editais para que os potenciais beneficiários apresentassem uma Manifestação de Interesse, com o objetivo de que os proponentes elencassem, de forma simples e objetiva, o conjunto de atividades e custos a serem apoiados. (Dgm, 2022b, p.13)

O segundo momento foi intitulado como seleção final e elaboração do projeto técnico, organizado da seguinte forma. Etapa 1 - Habilitação: foi realizada triagem que buscou constatar se a proposta apresentada atendia aos critérios de habilitação, conforme documentação discriminada nos editais; Etapa 2 - Seleção: elaboração de parecer conforme atributos específicos; caso a proposta tivesse alcançado a nota de corte, era apresentada ao CGN; aquelas pré-selecionadas foram visitadas para discussão de eventuais ajustes; por fim, houve aprovação final pelo CGN e a elaboração do projeto técnico (*Ibid*, 2022b, p.14). Importante salientar que, mesmo havendo o cumprimento de um conjunto de procedimentos estabelecidos pelo Banco Mundial, a escolha das iniciativas foi influenciada por decisões, pactuações e consensos políticos ocorridos através do diálogo entre as redes que compunham o CGN.<sup>6</sup> Por exemplo, o primeiro acordo estabelecido diz respeito à porcentagem de distribuição de subprojetos por segmento identitário: 60% para os indígenas e 40% para quilombolas e comunidades tradicionais.

Outro ponto passível de discussão e análise ocorreu no transcorrer da Etapa 2, no momento da triagem das propostas. No ponto de vista da entidade financiadora, ao definir um conjunto de

---

<sup>6</sup> Foram representadas pelo CGN: 1) Redes Indígenas: Mopic, Apoinme, Conselho Terena, Wyty-Catê e UNIX; 2) Redes Quilombolas: Conaq e Articulação Pacari; 3) Redes de Comunidades Tradicionais: Rede Cerrado, Articulação Rosalino e Retireiros do Araguaia. (*Ibid*, 2022b p.5.)

redes representativas dos povos e comunidades tradicionais do cerrado brasileiro para compor a instância gestora do Projeto DGM Brasil, considerou sanada a questão da governança popular e do interesse social junto ao seu público-alvo. Entretanto, da forma como foi executada, acabou por garantir a prevalência de determinados grupos em detrimento de outros, reavivando assim conflitos históricos entre pares, situação que também foi refletida em quais entidades foram contempladas.

Nos editais publicados, foram recebidas ao todo 264 Manifestações de Interesse, destas, 209 foram habilitadas e analisadas, sendo 64 aprovadas, muitas delas propostas por entidades parceiras das redes que compuseram o CGN. Os primeiros 45 subprojetos foram aprovados em setembro de 2016, iniciando processo de licitação e aquisição entre maio de 2017 e março de 2018. Ao longo do segundo semestre de 2018, outras 19 também foram aprovadas pelo CGN, totalizando o quantitativo de 64 iniciativas comunitárias localizadas em 10 estados do Cerrado. (Dgm, 2022a, p.16)

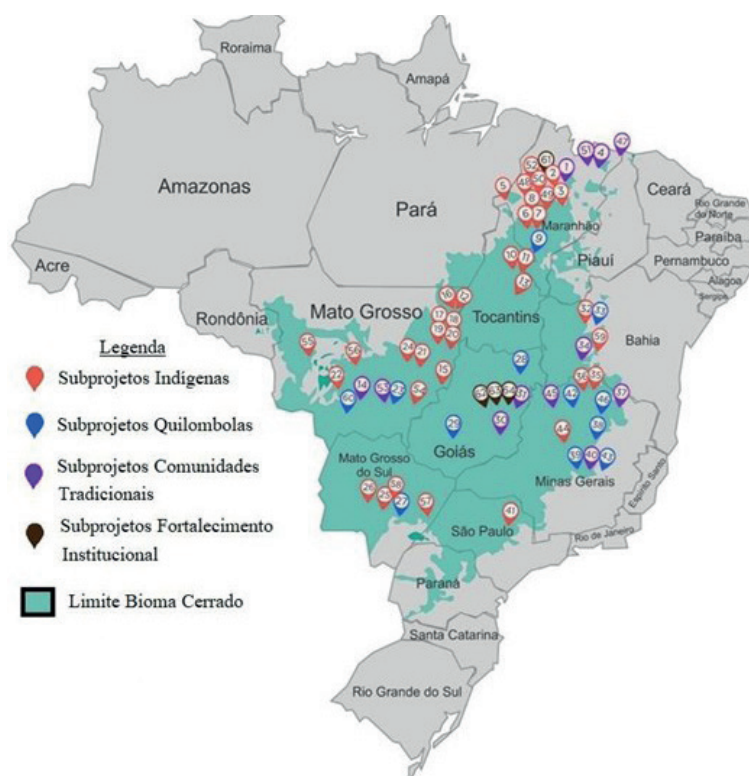


Figura 1: Subprojetos Projeto DGM Brasil (autoria própria, com base em Dgm 2022b, p.11.).

## Relato de experiência

Meu interesse acerca de temáticas como meio ambiente e desenvolvimento sempre foi direcionado ao estabelecimento de uma leitura crítica acerca dos fenômenos sociais globais localmente situados. Como ator político, fui movido pelo interesse em analisar relações de poder nos moldes propostos por Foucault (1979), buscando manuscrevê-las por intermédio de exercícios intelectuais e acadêmicos, afinal, acredito que compreender a prática científica sob o prisma dos fenômenos sociais possibilita, sobretudo, transpor discursos e trazê-los à discussão a partir de suas subjetividades. Tendo como campo o universo das práxis profissionais nas Ciências Sociais, concordo com as afirmações sugeridas pelo referido autor na citação abaixo:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 1979, p.8)

Sempre ouvi dizer que o CAA enfrentava não somente o modelo de desenvolvimento econômico presente no Norte de Minas, mas também se posicionava criticamente acerca de aspectos socioambientais, como, por exemplo, o uso e ocupação do solo no cerrado e o agravamento dos problemas hídricos. Contudo, estando dentro da instituição, percebi que seus desafios são, sobremaneira, ideológicos, práticos e políticos. Tratarei desses pontos de forma mais pormenorizada adiante.

Estando no quadro técnico da ONG, não foram poucas as ocasiões em que as tensões destacadas se manifestaram. O Conselho Diretor<sup>7</sup>, instância deliberativa do CAA, por muitas vezes questionava e indagava a Coordenação do Projeto DGM Brasil, exercida por profissional contrata-

---

<sup>7</sup> O Conselho Diretor é formado por três membros: Diretor Geral, Diretor de Administração e Finanças e Diretor Secretário, todos representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Norte de Minas (Caa, 2018, p.6.).

do, em relação à apresentação dos resultados obtidos nas assembleias gerais, haja vista a abrangência nacional da proposta e sua complexidade de termos, normativas e procedimentos previamente estabelecidos.

Ao longo dessa jornada de execução, muitas horas de trabalho acabaram despendidas na construção de possibilidades de interação que alimentassem as expectativas dos associados, e de como trazer para perto o Projeto DGM Brasil ao trabalho de base já estabelecido historicamente. Horas em vão. Na prática, essa interseccionalidade não aconteceu devido à existência de jogos de interesses e de poder cruzando o caminho das decisões. Acima das estruturas, valeram mais as decisões políticas dos atores envolvidos.

Para além das análises e constatações de dimensão sociológico-subjetiva, as necessidades cotidianas de gestão me obrigaram a internalizar todo um abecedário de léxicos administrativos e de modernização ecológica praticados pelo Banco Mundial, buscando traduzi-los junto aos gestores locais dos subprojetos com vistas a destravar compras, licitações, subvenções e prestações de contas. Este exercício de tradução e interpretação trouxe como principal propósito proporcionar avanços na execução financeira visando o progresso físico das iniciativas, no contexto das regras de licitação, aquisições e contratações adotadas pelo Banco Mundial, junto às comunidades proponentes e beneficiárias.

No universo das doações fiduciárias, números, estatísticas e indicadores de desempenho são manuseados pelo conhecimento técnico ante uma realidade cingida em diagnósticos e resultados objetivos. Existe uma incerteza ou fragilidade nos resultados lançados, organizados em formato de produtos palpáveis, metas, resultados, monitoramento e gestão, em virtude de que tal racionalidade não consegue expressar o conjunto de regras, valores, modos organizativos e, principalmente, as experiências acumuladas pelo público beneficiário. Isso ocorreu devido ao fato de que, na esfera administrativa, o Banco Mundial tem colocado uma perspectiva discriminatória de

gestão do conhecimento, conforme é possível perceber na citação abaixo:

Aprimorar as competências de gestão do conhecimento é vital para os países que aspiram a acelerar o ritmo e aumentar a equidade do seu processo de desenvolvimento sustentável. O Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1998-99 do Banco Mundial, que tem o sugestivo título de Conhecimento para o Desenvolvimento, é incisivo em indicar que “países pobres – e pessoas pobres – diferem dos ricos não apenas por disporem de menos capital, mas também por terem menos conhecimentos”. (Plonski, 2001, p.84)

Ou seja, partindo do ponto de vista da entidade financiadora, o Projeto DGM Brasil visou promover práticas sustentáveis por intermédio de uma doação de US\$6.500.000,00. Contudo, não considerou o público-alvo como um conjunto de grupos portadores de outros conhecimentos, saberes e práticas cujas especificidades os diferenciam quanto a etnicidade, historicidade, territorialidade, identidade, arranjos produtivos e organização política. Mas, afinal, diante de tantas nuances, como foi efetivamente operado?

Os doadores majoritários, reunidos no FIP, repassaram os recursos ao Banco Mundial por se tratar de organização com reconhecido prestígio na esfera administrativa, dotando-o de suas regras e regulamentações que transmitiam segurança e garantias de boas práticas – leia-se, as mencionadas competências de gestão do conhecimento. Essas rotinas e procedimentos empresariais foram impostos à agência executora, no caso o CAA, que passou a exigir os mesmos critérios às comunidades, em sua grande maioria associações ou cooperativas agroextrativistas em sua primeira experiência de execução de recursos. Temos aqui um exemplo contemporâneo de colonialidade do saber (Lander, 2005).

A liturgia do cargo pelo qual respondia me fez estabelecer contato direto com desafios cotidianos como, por exemplo, as dificuldades de acesso à tecnologia da informação por parte dos grupos. Era mais que importante dispor de sinal de internet e possuir conhecimentos básicos de informática para gerir um subprojeto. Na contramão dessa necessidade, a inclusão digital definitivamente não era realidade para todos.

Assim que assinavam os acordos de subdoação, os proponentes passavam a se responsabilizar contratualmente pela gestão físico-financeira a partir do Sistema de Gestão de Subprojetos (Sigcaa), ferramenta online para suporte de atividades do Projeto DGM Brasil. Hospedada no website do CAA, incluía: 1) Módulo de Painel, que permitia visualizar o desempenho técnico e financeiro e o progresso de cada subprojeto; 2) Módulo de Cadastro, específico para preenchimento de dados dos representantes legais e das personalidades jurídicas; 3) Módulo de Subprojeto Técnico, no qual cada proposta foi subdividida a partir de um Marco Lógico e um Plano de Trabalho; 4) Módulo da Entidade, no qual era indispensável registrar e relatar, em vídeos, fotos, textos, listas de presença, todas as atividades executadas, e a cada final de semestre disponibilizava modelo de relatório semestral a ser preenchido. (Dgm, 2022a, p.18)

As demandas de licitação e compras foram apoiadas por equipe administrativa domiciliada na sede principal da ONG, em Montes Claros-MG.

Mesmo os coordenadores locais dos subprojetos passando por processo de formação e capacitação acerca do funcionamento do Sigcaa, durante toda a vigência do projeto permaneceram as dificuldades de entendimento sobre o funcionamento da ferramenta. Diante do exposto, tornou-se recorrente o número de queixas em relação às dificuldades e resistências para execução de atividades conforme as regras estabelecidas pelo Banco Mundial. Houve ainda problemas de planejamento de atividades em prazos razoáveis, o que necessitou de reajustes contínuos em suas propostas, mudanças nos planos de aquisições e encurtamento de prazos para realização das etapas dos processos licitatórios. Os desafios de esfera físico-financeira marcaram toda a execução, a ponto do CGN deliberar por seguidas reestruturações do desenho inicial, o que o prolongou por treze meses – o prazo inicial de encerramento estava previsto para dezembro de 2020, prorrogado até janeiro de 2022.

Importante também mencionar, por um lado, os impactos e consequências da Covid-19 nos

atrasos observados e, por outro, a importância dos recursos emergenciais alocados às comunidades na fase aguda da pandemia no período. Em março de 2020, o CGN aprovou iniciativa intitulada como Rede de Solidariedade, com o objetivo de prover apoio emergencial às famílias envolvidas diretamente nos subprojetos, com apoio financeiro e aquisição de insumos para prevenção e enfrentamento dos impactos da pandemia. Uma segunda fase do auxílio destinou apoios de fortalecimento institucional às organizações proponentes, com aquisição de materiais permanentes. (*Ibid*, 2022a p.19.)

Em síntese, considerando as variadas oscilações cambiais do dólar ao longo de praticamente sete anos, do montante US\$ 6.500.000,00, 61% foi desembolsado no Componente 1 - Iniciativas Comunitárias, Sustentáveis e Adaptativas, que envolveu a execução dos 64 subprojetos, visitas in loco e o apoio emergencial; 21% foram dispendidos no Componente 2 – Capacitação e Fortalecimento Institucional, para execução de Plano de Capacitação envolvendo atividades de formação junto ao público-alvo; 4% destinado ao Componente 3 – Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação, rubrica que possibilitou a criação do Sigcaa; e, por fim, 14% para o Componente 4 – Custos Operacionais, destinado à contratação de pessoal por parte do CAA e reuniões do CGN.

Para cada R\$ 1,00 investido nas comunidades, foi necessário direcionar R\$ 0,64 a despesas técnicas e operacionais. Seria este o formato mais eficaz para execução de uma doação financeira tão importante para os povos do cerrado?

### **Considerações Finais**

Desde a Rio-92, foram acumulados relatórios técnicos e estudos que revelaram o fracasso do desenvolvimento sustentável diante da perspectiva da modernização ecológica: continuaram os velhos conflitos em torno da propriedade, da posse, das responsabilidades, dos usos e incorporações dos componentes da natureza, das identidades, das desterritorializações, da produção e reprodução cultural dos povos e comunidades tradicionais e, principalmente, conforme o presente artigo

buscou exemplificar, de modelos de governança que não demonstraram garantir uma orientação na direção de um projeto político plural, decolonial, democrático, em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente viável.

No momento em que passaram a tratar a ecologia como ciência da conservação, grandes instituições do capital transnacional inauguraram um movimento, observado de norte para o sul, interessado numa atuação mais profissionalizada e especializada, uma aliança entre ambientalismo e capitalismo de resultados, com o intuito de fortalecê-las como corrente em negação ao ecologismo como prática política libertária, autônoma e crítica.

Trazendo para o estudo de caso apresentado, temos na relação contratual construída para execução do Projeto DGM Brasil, que envolveu Banco Mundial, CGN e o CAA, um exemplo de como opera o instrumental hegemônico das doações fiduciárias: focaliza-se em alternativas técnicas inseridas no âmbito dos objetivos de mercado; seduz, a partir do provento de recursos financeiros, institucionalidades representativas de determinados sujeitos sociais em condição de subalternidade; apropriam-se de seus respectivos capitais políticos historicamente constituídos por intermédio da aproximação estratégica de logomarcas e missões institucionais; e, por fim, submetem essas organizações à lógica da modernização ecológica, sem antes de usufruírem de seu apelo diante das bases e de tudo o que elas representam, nos tempos atuais, na manutenção de modos de vida tradicionais e de outras formas de se conceber a agricultura.

Quando o CAA optou, ainda na década de 1990, pela estratégia de captação de recursos financeiros advindos da cooperação internacional, o fez condicionado pela possibilidade de obtenção de recursos visando aumentar o potencial de articulação e incidência da instituição, gerando o fortalecimento de ações comunitárias e, acima de tudo, dos grupos organizados, sindicatos e associações do seu território de base – no caso, o Norte de Minas Gerais, berço da totalidade de seus associados. Entretanto, quando assume a execução do Projeto DGM Brasil, dada a sua abran-

gência, complexidade e magnitude, se defronta com um dilema ideológico, ou de perspectiva de missão institucional: de um lado, prevalece a narrativa nativa dos agricultores e povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, lutando para manter eloquente e convincente o projeto ideológico original, disputando para tentar garantir o protagonismo de seus associados; e por outro, a perspectiva do CAA como uma agência composta por corpo técnico especializado e contratado conforme as necessidades de ocasião.

Em conclusão, diante dos aspectos trabalhados no presente artigo, o que passa a acontecer, de forma muito contundente nos bastidores do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, é uma disputa de narrativas, de perfis e, principalmente, de identidade institucional.

### Referências bibliográficas

Baptista, Luiz. *Empresa Transnacional e Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

Blowers, Andrew. Environmental policy: ecological modernization or the risk society. *Urban Studies*, v.34, 845–871, 1987.

Bronz, Deborah. *Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional UFRJ, 2011.

Caa. *Estatuto Social*. 2018. Disponível em [www.caa.org.br/media/publicacoes/Estatuto\\_CAA-NM.pdf](http://www.caa.org.br/media/publicacoes/Estatuto_CAA-NM.pdf), consultado em 02/07/24.

Chesnais, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Revista Economia e Sociedade*, v. 4, n. 2: 1–30, 2016.

Chesnais, François; Serfati, Claude. ‘Ecologia’ e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas. *Revista Crítica Marxista*, n. 16., 2003.

Dgm. *Aprendizados e Conquistas do DGM – Brasil: sociobiodiversidade, sustentabilidade e protagonismo dos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais*. 2022a. Disponível em [www.dgmbrasil.org.br/media/publicacoes/Atlas\\_v4.pdf](http://www.dgmbrasil.org.br/media/publicacoes/Atlas_v4.pdf), consultado em 02/07/24.

Dgm. *A Capacitação do DGM no Brasil para Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e*

*Quilombolas*. 2022b. Disponível em [www.dgmbrasil.org.br/media/publicacoes/Capacitacao.pdf](http://www.dgmbrasil.org.br/media/publicacoes/Capacitacao.pdf), consultado em 02/07/24.

Dupuy, Jean Pierre. *Introdução à crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Eesteva, Gustavo. Desenvolvimento. In: Sachs, W. (org.). *Dicionário do Desenvolvimento*, São Paulo: Vozes, 2000.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Gonçalves, Reinaldo. *Ó abre-alas: A nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.

Lander, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Mignolo, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34: 287-324, 2008.

Plonski, Guilherme. Questões tecnológicas na sociedade do (des)conhecimento. In: Santos, L. W.; Ichikawa, E. Y.; Sendin, P. V.; Cargano, D. F. (org.), *Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação*. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.

Rede Cerrado. *Quem somos*. Disponível em [www.redecerrado.org.br/quem-somos/](http://www.redecerrado.org.br/quem-somos/), consultado em 02/07/24.

Ribeiro, Wagner. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, 2010. DOI:<https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100008>

Sachs, Wolfgang. Meio Ambiente. In: Sachs, W. (org.). *Dicionário do Desenvolvimento*, São Paulo: Vozes, 2000.

Salles, Guilherme; Salinas, Delhi; Paulino, Sônia. Execução de Projetos de REDD+ no Brasil Por Meio de Diferentes Modalidades de Financiamento. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 3: 445-464, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550302>

Santos, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Silveira, Jessica. A Rio 92, os Movimentos Ecologistas e a Política Nacional do Meio Ambiente: uma reflexão sobre a construção das políticas ambientais brasileiras na década de 1990. *Revista Hydra*, v. 5, n. 9: 7-36, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34024/hydra.2021.v5.11427>

Souza, Hebert. *O Capital Transnacional e o Estado*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Thum, Carmo. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*, Edição especial XIX Fó-

rum de Estudos - Leituras de Paulo Freire: 162-179, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.6899>

Usp. Revisão de Literatura. Disponível em [www.ip.usp.br/site/biblioteca/revisão-de-literatura](http://www.ip.usp.br/site/biblioteca/revisão-de-literatura), consultado em 02/07/24.

Vianna, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Castilho, S.; Souza Lima, A. C.; Teixeira, C. (org.), *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Editora Contracapa, 2014.

Viola, Eduardo; Leis, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bis-setorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Hogan, D.; Viera, P. F. (org.), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1995.

Zhour, Andrea. Introdução: produção de conhecimento num 'campo minado'. In: Zhour, A. (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: iGuiana, 2018.

Zhour, Andrea. O anti-ambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua. *Blog Sociedade Brasileira de Sociologia*, 07 jun. (caderno SBS Discute), 2021. Disponível em [www.sbssociologia.com.br/o-anti-ambientalismo-no-brasil-da-violencia-lenta-a-violencia-nua/](http://www.sbssociologia.com.br/o-anti-ambientalismo-no-brasil-da-violencia-lenta-a-violencia-nua/)

Zhour, Andrea; Laschefski, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: Zhour, A.; Laschefski, K. (org.), *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.